

A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade

Maria Elisa Ehrhardt Carbonari
Doutora em Educação - UNICAMP
Diretora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Anhanguera Educacional S.A.
e-mail: elisa@unianhanguera.edu.br

Adriana Camargo Pereira
Mestre em Multimeios - UNICAMP
Coordenadora do Departamento de Extensão da Anhanguera Educacional S.A.
e-mail: adriana.camargo@unianhanguera.edu.br

Resumo

Este artigo traz uma breve análise da história da extensão no Brasil, desde experiências caracterizadas como assistencialistas até experiências de gestão com base nos princípios da sustentabilidade e nos conceitos da Responsabilidade Social. O trabalho analisa os desafios da extensão enquanto projeto social, e prática de formação de um cidadão ético e consciente de suas responsabilidades sociais.

Apresenta também uma reflexão sobre o papel da extensão no ensino superior, no contexto da sustentabilidade, trazendo alguns exemplos de atividades desenvolvidas nas unidades mantidas pela Anhanguera Educacional.

Palavras-chave: extensão universitária, responsabilidade social, sustentabilidade, cidadania.

Abstract

This article brings a brief analysis of the history of the extension in Brazil, since experiences characterized as philanthropic until management experiences based on the principles of the sustainability, and in the concepts of the Social Responsibility.

The work analyzes the challenges of the extension while social project, and practical formation of an ethical and conscientious citizen of its social responsibilities.

It also presents a reflection on the paper of the extension in superior education, the context of the sustainability, bringing some examples of activities developed at Educational Anhanguera.

Key-words: university extension, social responsibility, sustainability, citizenship.

O desenvolvimento da Extensão no Brasil

As primeiras experiências de extensão no Brasil ocorreram entre 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo, por meio de conferências e semanas abertas ao público em que se trabalhavam diversos temas não relacionados às problemáticas sociais e políticas da época. As questões abordadas nessas atividades não estavam focadas nos problemas sociais e econômicos da comunidade.

O “Estatuto da Universidade Brasileira” (Decreto Federal nº 19851 de 11 de abril de 1931), delineou como atividade de extensão não só a realização de cursos e conferências objetivando a difusão de conhecimentos “úteis à vida individual e coletiva”, mas também a

“apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de idéias e princípios de interesse nacional”.

Na década de 60, marcada pela mobilização popular e pelas reformas sociais, as atividades de extensão passam do enfoque da difusão do conhecimento para o de inserção na realidade sócio econômica, política e cultural do país, procurando respostas que contribuíssem para a transformação social.

A Reforma Universitária de 1968, orientada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional rompe com a concepção da extensão como espaço de diálogo com a comunidade, restringindo as ações das IES e impedindo-as do exercício de autonomia. É esta Reforma que define que ensino superior deve ser pautado pela

indissociabilidade do ensino e pesquisa.

No plano de trabalho elaborado pelo MEC em 1975, a extensão foi compreendida como “meio através do qual a universidade atende a outras instituições e a população e, por outro lado, recebe retroalimentação para o ensino e a pesquisa”. Com a mesma orientação, o CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras) definiu as atividades de extensão segundo três idéias básicas: prestação de serviços à comunidade, realimentação da universidade e, a integração de ambas.

A questão central nas concepções de extensão do MEC e do CRUB foi a política do não diálogo com a comunidade. De um lado, os intelectuais portadores da ciência e da técnica e, de outro, a comunidade, incapaz de compreender e resolver seus problemas. Neste momento, a ação extensionista não expõe as contradições geradoras dos problemas enfrentados pela comunidade e desarticula sua capacidade de organização e transformação da realidade.

A década de 80 foi marcada pelo ressurgimento dos movimentos sociais. A universidade procura compartilhar com a comunidade esse projeto democrático, utilizando a extensão para realização de práticas que assegurassem os direitos humanos. A idéia de emancipação e o assistencialismo conviveram simultaneamente nessas propostas.

Em 1987 foi criado em Brasília o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (PROEXT). As discussões pleiteavam maior precisão do conceito de extensão, buscavam organizar a extensão como um órgão próprio, nas IES, que articulasse programas, projetos e atividades, com orçamento próprio, criação de métodos claros para aferição dos resultados e estratégias de divulgação.

A extensão universitária inicia os anos 90 caracterizada por contradições herdadas de sua recente história. A expansão do ensino superior privado modifica o cenário do ensino superior no Brasil, fomentando a discussão em relação à identidade da instituição universitária no cenário internacional marcado pela globalização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei 9394/96) e o Plano Nacional de Extensão (1999-2001) retomam a questão da indissociabilidade das atividades de ensino, extensão e pesquisa, fazendo com que as IES repensem sua função social colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim.

A diversidade de formatos institucionais e a diversidade organizacional e de compreensões do significado da formação superior, qualificação profissional e pesquisa, são responsáveis pelo fato de as instituições

terem estruturado diferentemente suas relações com os diversos setores sociais e de terem estruturado tão diferentemente a extensão.

Na última década as intensas discussões partiam do pressuposto de que a extensão deveria cumprir importante papel na busca de soluções para problemas sociais, procurando uma melhor definição para o seu espaço.

Em 2004, o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) orienta que a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com o ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas IES e sua interferência no desenvolvimento regional e nacional. As políticas de extensão devem cumprir os preceitos estabelecidos pela missão da instituição, considerando a importância social de suas ações para o desenvolvimento e promoção da cidadania. É preciso que as ações extensionistas mantenham uma articulação entre os setores público, produtivo e o mercado de trabalho, contribuindo para que o aluno desenvolva, no processo de aprendizagem, o espírito crítico próprio da formação cidadã. Ainda segundo o SINAES, a extensão deve submeter-se de forma contínua a um processo avaliativo que lhe permita verificar a efetividade de suas ações.

Assim, é justamente o fato da instituição de ensino superior estar imersa em um contexto de realidades políticas, econômicas, sociais e culturais, que leva à constante busca de sua própria finalidade. Por isso também, o conceito e a prática de extensão tornaram-se assunto polêmico, pois se ligam aos diferentes interesses que propõem a aproximação efetiva entre IES e sociedade. A extensão está relacionada ao processo de integração da IES ao contexto regional, da vinculação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, da contribuição da universidade para o aprofundamento da cidadania, enfim, à transformação da universidade e da sociedade.

Os desafios da extensão

As instituições de ensino superior vêm cumprindo diferentes funções, em diferentes épocas, em diferentes países e regiões. A definição dessas funções dá-se conforme as relações que são estabelecidas com as organizações governamentais e a sociedade civil. Os diferentes interesses do Estado, dos setores econômico-sociais, das comunidades e dos próprios membros da universidade fizeram com que as IES mantivessem discussões sobre sua função e sua identidade.

Dentre as funções que assumiu ao longo da história, a universidade passou pela formação de cultura geral até a formação de profissionais para atividades que vão surgindo de acordo com as necessidades da comunidade. Aos poucos surge a função da pesquisa, produção de conhecimentos e técnicas para as necessidades sociais. Nos últimos tempos começa a exercer uma série de atividades além dos seus muros, ficando mais próxima dos problemas sociais, por meio da extensão.

As atividades extensionistas foram muito criticadas pelo caráter assistencialista, paternalista e domesticador de comunidades, que marcou a história da extensão no Brasil. Em relação às universidades públicas também muito se criticou o fato das atividades surgirem para agregar as instituições aos programas do governo, configurando-se em atividades anuladoras de sua autonomia, muito burocratizada, submissa e descontínua.

Ao longo da história cada instituição praticou a extensão como entendia, as universidades públicas priorizaram a pesquisa, condicionando a extensão a um complemento de outras atividades, as instituições privadas buscaram na extensão sustentabilidade financeira, por meio da prática de prestação de serviços remunerados. Tanto nas públicas como nas particulares a extensão estruturou-se em setor específico, geralmente Pró-Reitorias de Extensão ou de Assuntos Comunitários.

Percebe-se que a implementação da extensão foi fruto da orientação normativa da política para ensino superior e não da maturidade da instituição quanto ao cumprimento de suas funções sociais.

Existe uma unanimidade entre as Instituições sobre o que é ensino e pesquisa, mas não sobre o que é extensão.

“Para umas é “função”, semelhante ao ensino e a pesquisa, que realiza compromissos sociais da universidade; para outras, é comunicação, em que a extensão divulga e complementa as funções de ensino e pesquisa; e, para outras, ainda, é princípio, uma vez que todas as outras atividades passam a ser definidas a partir da extensão.” (SILVA, 2002)

No atual contexto político, econômico e social, a tendência é pensar como a extensão pode contribuir mais diretamente na solução dos problemas sociais expressos nos diálogos com a comunidade e com o governo. Nessa perspectiva a extensão deve estar alinhada com os princípios mundiais de sustentabilidade, como por exemplo, as “Oito Metas do Milênio”¹ (Figura 1), exemplo de metas universais, e o Plano Nacional de

Educação², exemplo de metas nacionais alinhadas as metas universais de educação. Neste sentido as instituições devem pensar sua interferência no desenvolvimento regional, com base nas metas globais.



Figura 1 - Metas do Milênio, ONU, 2000.

A Instituição de Ensino Superior tem como desafio atual, criar espaços para diálogos entre os públicos (*stakeholders*, no vocabulário da Responsabilidade Social Empresarial) envolvendo alunos, professores, funcionários, sociedade e governo na busca de perspectivas com validade universal e dentro dos princípios da sustentabilidade.

Exemplos de atividades extensionistas da Anhanguera Educacional

A Anhanguera Educacional procura construir uma relação ética e de qualidade com os diferentes públicos (*stakeholders*) envolvidos no processo, alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, fornecedores, comunidade, governo e meio ambiente. Para isso criou em 2007 o Comitê de Responsabilidade Social, responsável pela auto-avaliação, levantamento de dados e planejamento de ações focadas nos aspectos que formam o tripé da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

Com a comunidade a Anhanguera Educacional desenvolve projetos como a Faculdade Aberta à Terceira Idade, Biblioteca Aberta à Comunidade, Alfabetização de Jovens e Adultos, Reforço Escolar, Inclusão Digital, Assistência Jurídica – Juizado Especial Cível e Escritório Modelo, Clínica de Fisioterapia, Campanhas e Treinamentos de Prevenção e Promoção da Saúde, Hospital Veterinário, Torneios Esportivos, Educação Ambiental, entre outros, atendendo mais de 58.000

peças ao ano, envolvendo mais de 36000 alunos e 1000 professores.

Algumas atividades extensionistas desenvolvidas nas IES mantidas pela Anhanguera Educacional, dentro da perspectiva de diálogo com a comunidade e governo podem ser observadas nas Figuras 2 a 5.

Biblioteca Aberta à Comunidade

Projeto de incentivo à leitura para estudantes do ensino fundamental da rede pública de ensino.

Vários Programas de Avaliação do Ensino, entre eles o Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, apontam para as dificuldades de leitura e produção de textos. O PISA analisa o desempenho dos alunos na faixa dos 15 anos, em 56 países, com o objetivo de comparar a efetividade dos sistemas educacionais. Nos exames realizados em 2000 e 2003 o Brasil ficou em último lugar em relação à leitura. O SAEB aponta que menos de 10% dos alunos apresentam índices adequados de leitura.

Para colaborar com as metas nacionais e internacionais de educação, especificamente em relação à leitura, esse projeto foi implantado em 2006, atendendo 229 alunos do ensino fundamental em Campinas e Pirassununga. No primeiro semestre de 2007 o projeto atendeu 480 alunos do ensino fundamental e médio, nas cidades de Campinas, Limeira, Santa Bárbara e Pirassununga, envolvendo 36 alunos e 13 professores dos cursos de Letras e Pedagogia, além de 6 bibliotecárias.



Figura 2 - Projeto Biblioteca Aberta à Comunidade - da Anhanguera Educacional

Faculdade Aberta da 3ª Idade

Atividades educativas, culturais e recreativas que permitam a atualização de conhecimentos e reinserção social da Terceira Idade.

Segundo dados de 2002 do IBGE, a população de idosos representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (8,6% da população brasileira). Em 2002 registrou-se que a esperança média de vida ao nascer era de 71 anos de idade, com um aumento de 4,7 anos em relação ao ano de 1992.

Com um rendimento médio de R\$ 657,00, o idoso ocupa, cada vez mais, um papel de destaque na sociedade brasileira, tanto no aspecto social quanto no econômico, despertando o interesse de instituições preocupadas com essa nova condição de vida, ou seja, a inclusão do idoso em espaços comunitários



Figura 3 - Faculdade Aberta da Terceira Idade - 209 alunos atendidos em 2006 e mais de 500 alunos em 2007, nas unidades de Pirassununga, Leme, Valinhos, Jundiaí e Osasco.

Programa de Alfabetização e Inclusão de Jovens e Adultos

Parceria Secretaria da Educação - Governo do Estado de São Paulo

Alfabetização e inclusão de jovens e adultos, baseada nos princípios pedagógicos freireano, abrangendo além dos conteúdos da língua materna, também a matemática e os conteúdos sócio-culturais valorizados pela escola.

O Relatório Mundial de Monitoramento sobre Educação para Todos da Unesco, realizado em 127 países mostra que na universalização do ensino, o Brasil ocupa o 67º lugar em relação à taxa de alfabetização de adultos.



Figura 4 - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos - mais de 100 alunos atendidos em 2006 e 2007, nas unidades de Leme, Pirassununga e Osasco

Inclusão Digital

Cerca de 54% da população brasileira nunca usou um computador e 67% nunca navegou na internet, segundo um estudo do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) divulgado em novembro de 2006.

Segundo o relatório, 57,25% dos entrevistados nunca utilizaram a internet porque não têm computador em casa, 50,64% não sabem usar computador, 44,12% não têm necessidade ou interesse e 22,40% não têm habilidade com a internet. De uma forma geral, os dados da pesquisa apontam que fatores socioeconômicos no Brasil ainda são os principais determinantes do acesso às tecnologias da informação.

Algumas parcerias:

Jovem.com – prefeitura de Campinas

Comunidade Conectada – Fundação Ayrton Senna

Posto de Atendimento ao Trabalhador – Limeira

Fundo Social de Solidariedade - Valinhos



Figura 5 - Programa de Inclusão Digital - mais de 800 alunos atendidos em 2006 e 2007 nas unidades mantidas pela Anhanguera Educacional, em parceria com diversas instituições governamentais e não-governamentais.

A extensão, enquanto responsabilidade social faz parte de uma nova cultura, que está provocando a maior e mais importante mudança registrada no ambiente acadêmico e corporativo nos últimos anos. Parcerias entre o poder público, empresas, organizações não-governamentais e voluntários poderão dar abrangência aos projetos sociais, garantir perenidade e enfrentar os enormes desafios que ainda temos pela frente.

Considerações finais

Hoje enfrentamos um dilema moral e crucial... Trata-se de saber quem somos nós como seres humanos... É um desafio moral, ético e espiritual. Não devemos esperar. Nas palavras de Martin Luther King, “O amanhã já é hoje”. GORE (2006)

Os últimos anos foram marcados por discussões mundiais sobre a sustentabilidade³. Relatórios científicos e de organizações mundiais colocam em pauta a sobrevivência da nossa civilização. Os Governos estabelecem metas como *As Metas do Milênio* – ONU, empresas modificam suas estratégias de gestão pautadas em padrões de responsabilidade social como GRI - *Global Reporting Initiative*, *Padrões Ethos de Responsabilidade Social*, e publicam suas ações através de relatórios e balanços sociais, numa tentativa de diálogo com a comunidade. As Instituições de Ensino Superior passam a ser avaliadas em relação à Responsabilidade Social, pela sociedade, e pelo governo por meio do SINAES.

A Instituição de Ensino está imersa nesse atual contexto político, social e econômico, e a extensão,

enquanto responsável pelo processo de integração da IES ao contexto regional, deve estar alinhada ao cenário mundial. Segundo Mayor (1998, p. 46), a educação é a chave do desenvolvimento sustentável - uma educação fornecida a todos os membros da sociedade, segundo modalidades novas e com o auxílio de tecnologias novas, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de se transformar para melhor ao longo da vida.

O grande desafio atual da extensão é repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, estabelecer as contribuições da extensão para o aprofundamento da cidadania e para a transformação efetiva da sociedade.

Referências Bibliográficas

- BOTOMÉ, Silvio P. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFScar, 1996.
- CASTRO, Maria da Consolação G.; TEODÓSIO, A.S. de S.. *Do desejo do (Re)Conhecimento de Diferenças à Gestão de Resultados: Análise de proposta de política de extensão universitária*. In: Anais eletrônicos do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrent/>> Acesso em: mar. 2007.
- GORE, Albert. *Uma verdade inconveniente*. O que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global. SP: Manole, 2006.
- MAYOR, F. *Preparar um futuro viável: ensino superior e desenvolvimento sustentável*. In: Conferência mundial sobre o ensino superior. Tendências de educação superior para o século XXI. *Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior*. Paris: 1998.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CULTURA – MEC. *Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Brasília: SINAES. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu>> Acesso em: 10 de out. 2004.
- _____. *Plano Nacional de Extensão 1999-2001*. Brasília. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/sesu>> Acesso em: 10 de out. 2004.
- _____. *LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Brasília, 1996.
- SILVA, E. W. *As funções sociais da universidade*. O papel da extensão e a Questão das Comunitárias. Ijuí: Ed. Ijuí, 2002.

Notas

¹ Metas o Milênio - aprovadas por 191 países da ONU, em Nova Iorque, em 2000, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos, um conjunto de 8 macro-objetivos, com metas e indicadores precisos, a serem

atingidos pelos países até 2015, através de ações concretas dos governos e da sociedade

² LEI No 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Em relação ao ensino superior o Plano tem como meta prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.

³ Segundo documento da ONU intitulado *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, sustentabilidade é: “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas”.

Recebido em 02 de julho de 2007 e aprovado em 12 de setembro de 2007.